

CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICA
ENTRE O ESTADO PORTUGUÊS E O CONJUNTO DOS
MUNICÍPIOS DE ARCOS DE VALDEVEZ, CAMINHA, PAREDES
DE COURA, PONTE DE LIMA, VALENÇA, VIANA DO
CASTELO E VILA NOVA DE CERVEIRA

ANEXO IV

ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÓMICO E FINANCEIRA DA PARCERIA



Este ANEXO é constituído por 44 (quarenta e quatro) páginas, incluindo esta, escritas em ambos os lados.

ÍNDICE

<u>1. – INTRODUÇÃO</u>	5
<u>2. – PROJEÇÕES DE ATIVIDADE</u>	7
<u>INVESTIMENTO EM CAPITAL FIXO.....</u>	8
<u>INVESTIMENTO EM FUNDO DE MANEJO.....</u>	8
<u>VOLUMES.....</u>	9
<u>CLIENTES.....</u>	9
<u>TARIFÁRIO.....</u>	9
<u>ATUALIZAÇÃO TARIFÁRIA.....</u>	11
<u>RENDIMENTOS OPERACIONAIS.....</u>	11
<u>DESVIO DE RECUPERAÇÃO DE GASTOS.....</u>	12
<u>GASTOS OPERACIONAIS.....</u>	12
<u>FONTES DE FINANCIAMENTO.....</u>	20
<u>GASTOS FINANCEIROS.....</u>	21
<u>EBITDA.....</u>	21
<u>ACIONISTAS.....</u>	22
<u>REMUNERAÇÃO ACIONISTA.....</u>	22
<u>3. – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</u>	23

I. – INTRODUÇÃO

O Programa do XXI Governo Constitucional, em particular relativamente à integração do ciclo urbano da água e à sua articulação com as estratégias de desenvolvimento e gestão territoriais, bem como a iniciativa “Compromisso Nacional para a Sustentabilidade dos Serviços Públicos da Água” em linha com o preconizado no “PENSAAR 2020 - Uma nova Estratégia para o Sector de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais”.

O disposto no Decreto-Lei n.º 90/2009, de 9 de abril, que estabelece o regime das parcerias entre o Estado e as autarquias locais no âmbito da exploração e gestão de sistemas municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, que decorrente da necessidade identificada no Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais para o período 2007-2013 (PEAASAR II), habilitou novas formas de relacionamento entre as referidas entidades públicas, conforme previsão da alínea a) do n.º 2 do artigo 2.º deste Decreto-Lei.

O Estado e os municípios de Arcos de Valdevez, Caminha, Paredes de Coura, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira, estão de acordo em proceder à constituição de uma parceria e uma sociedade gestora da parceria, participada pelos municípios e integrada no setor empresarial do Estado, à qual seja atribuída a gestão e a exploração dos sistemas municipais em regime de parceria.

O presente Estudo de Viabilidade Económica e Financeira (EVEF) respeita à referida proposta de constituição de uma Parceria Pública entre o Estado Português e o referido conjunto de municípios.

Importa previamente identificar as grandes linhas que estiverem por base:

- A necessidade de resolução eficaz dos problemas de infraestruturação e gestão dos serviços de abastecimento público de água para consumo humano e de saneamento de águas residuais urbanas junto dos utilizadores finais, como as respostas aos desafios das alterações climáticas.
- Dotar esta parceria de um regime particularmente vocacionado para a sustentabilidade económica e financeira do sistema e para uma maior flexibilidade no ajustamento dos tarifários, junto dos utilizadores finais no decurso do primeiro período tarifário.

O modelo financeiro permite apurar o rendimento médio necessário por atividade que resulta da divisão dos gastos anuais, incluindo os impostos sobre o rendimento e a remuneração do capital investido, deduzidos dos rendimentos obtidos, pelos volumes de caudais a faturar. Para a sua composição contribuíram gastos operacionais, os encargos financeiros e fiscais, assim como a remuneração do capital investido.

Nesse sentido, e no âmbito do trabalho efetuado, foram analisadas diversas opções relativas à atividade operacional da empresa e que resultaram na determinação de um cenário base, que assenta nos seguintes pressupostos principais:

- A parceria vigora por um prazo de 30 anos;
- As tarifas a praticar em qualquer dos períodos tarifários, foram definidas tendo como objetivo a cobertura integral dos gastos da atividade, incluindo os desvios de recuperação de gastos, ou seja, devem corresponder às tarifas necessárias, que se definem como sendo as que permitem a recuperação total de todos os gastos associados à exploração e à gestão dos serviços de águas relativos ao sistema e asseguram a sustentabilidade económico-financeira da EGP no âmbito das atividades relativas à presente Parceria;
- Investimento municipal no horizonte 2019 - 2048 no valor de 81 milhões de EUR, a preços constantes;
- Restante investimento no horizonte 2019 – 2048 no valor 32 milhões de EUR, a preços constantes;

- Subsídios ao investimento no montante de 13,2 milhões de EUR;
- Financiamento Bancário de CP, a contratar junto da banca comercial, no montante máximo de 6,4 milhões de EUR;
- Capital Social de 3,6 milhões de EUR.

As tarifas são atualizadas de acordo com o estabelecido no anexo VI do contrato de parceria e, devem, também, obedecer às regras do modelo de convergência tarifária, estabelecidas no mesmo anexo.

Apesar de se encontrar prevista a trajetória tarifária para toda a parceria, caberá à comissão de parceria, nos termos dos contratos de parceria e de gestão, a aprovação das tarifas para cada quinquénio.

Os critérios a utilizar para a fixação das tarifas, bem como os gastos e encargos a serem cobertos encontram-se definidos no contrato de parceria.

O presente estudo, para além desta Introdução, encontra-se estruturado em 2 capítulos:

- **PROJEÇÕES DE ATIVIDADE**

Apresentação dos valores relativos à evolução da atividade do sistema para o restante período do prazo de parceria;

- **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Apresentação das demonstrações financeiras e os mapas mais relevantes do modelo financeiro.

2. – PROJEÇÕES DE ATIVIDADE

O sistema compreenderá a exploração e a gestão dos serviços de águas abrangidos pelo sistema municipal de abastecimento de água para consumo público e de saneamento de águas residuais urbanas da região do Alto Minho, correspondente a um total de 7 Municípios abrangidos, tal como se apresenta na tabela seguinte.

Municípios	Abastecimento de Água	Saneamento de Águas Residuais
Arcos de Valdevez	×	×
Caminha	×	×
Paredes de Coura	×	×
Ponte de Lima	×	×
Valença	×	×
Viana do Castelo	×	×
Vila Nova de Cerveira	×	×

Estima-se que a população residente abrangida por este sistema seja atualmente de cerca de 196 mil habitantes na atividade de abastecimento de água e 197 mil habitantes na atividade de saneamento de águas residuais, incluindo a que está ligada por meios móveis.

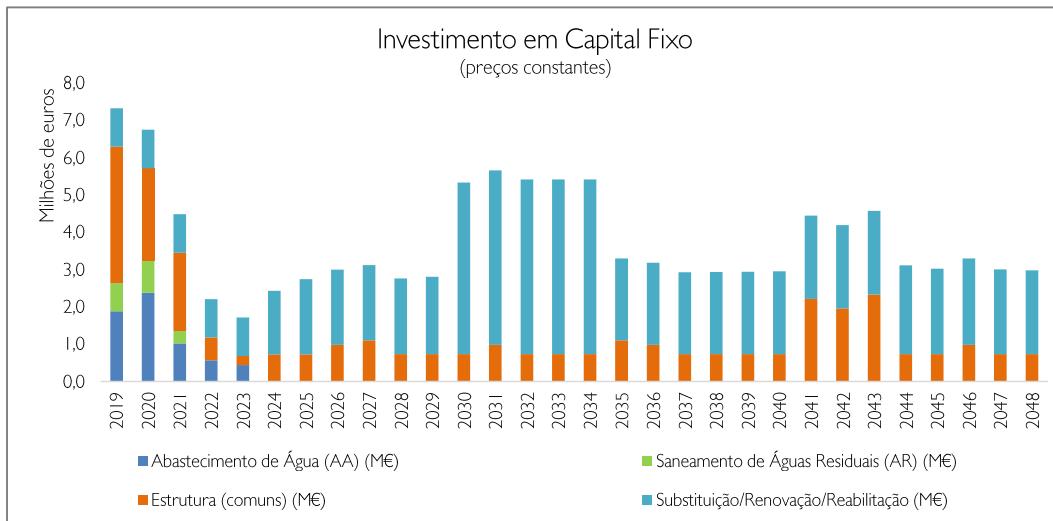
INVESTIMENTO EM CAPITAL FIXO

Para a concretização deste projeto, foi definido um plano de investimento municipal que, para o horizonte 2019-2048, atinge o montante de cerca de 81 milhões de EUR, a preços constantes. A este investimento acresce 32 milhões de euros, a preços constantes, para as restantes intervenções prevista para o decorrer da parceria.

O montante total de investimento atinge os 113 milhões de euros a preços contantes (2017) (cerca de 115 milhões de euros a preços de 2018).

Para fazer face ao investimento, no presente estudo foram considerados financiamentos a fundo perdido no valor de 13,2 milhões de euros, a reintegrar nas tarifas, dos quais 5 milhões de euros são provenientes do Fundo Ambiental.

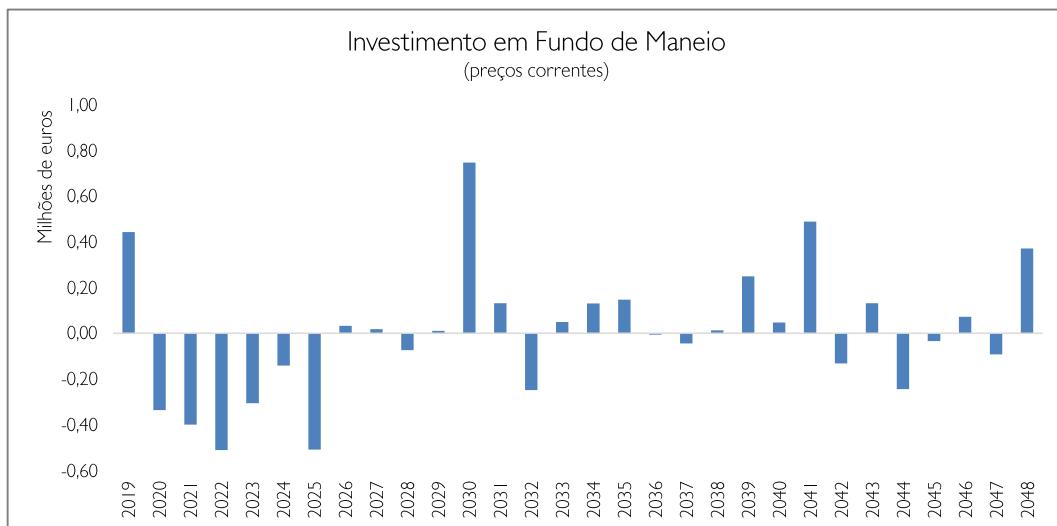
No gráfico que se segue, apresenta-se a repartição do investimento ao longo do restante prazo da parceria, em valor.



De referir ainda, que para além dos investimentos de substituição/ renovação/ reabilitação, o imobilizado da empresa (construção civil e equipamento operacional) estará sujeito a trabalhos de manutenção, apresentados adiante.

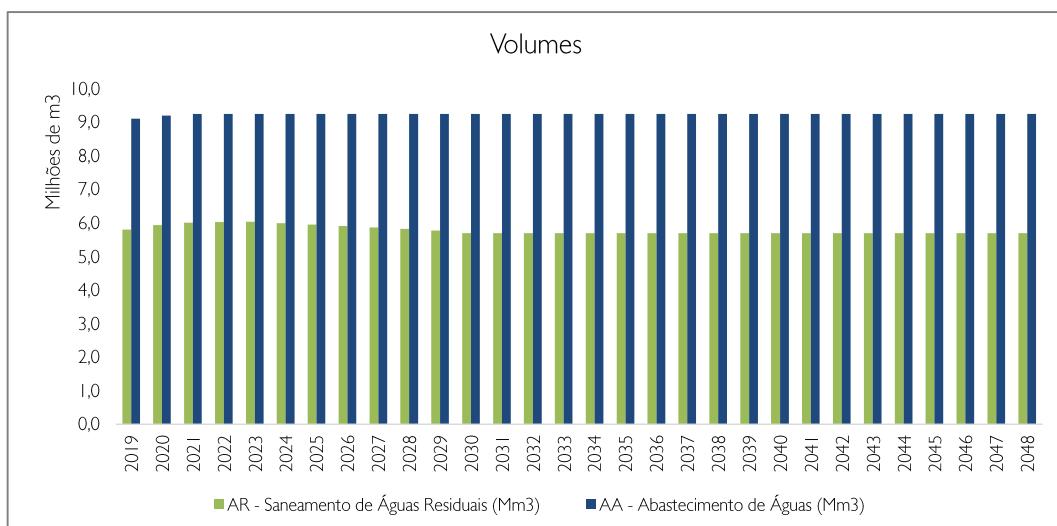
INVESTIMENTO EM FUNDO DE MANEIO

A evolução do fundo de maneio é apresentada no gráfico seguinte.



VOLUMES

A evolução dos volumes previstos pode ser observada no gráfico seguinte.



CLIENTES

A evolução de clientes reflete a realidade atual em termos de população atendida, os efeitos esperados pela concretização do plano de investimentos e a previsão de adesão aos serviços.

Prevê-se que o número de clientes servidos em 2019, seja de aproximadamente 107 mil e 64 mil, para o abastecimento de água para consumo público e saneamento de águas residuais, respetivamente, nos termos dos elementos disponibilizados.

Estima-se que estes valores se mantenham com um ligeiro aumento até ao final do prazo da parceria para cerca de 111 mil e 67 mil, respetivamente.

RENDIMENTOS OPERACIONAIS

O presente estudo apurou o rendimento médio a recolher por m³ vendido, que nos termos dos contratos de parceria e gestão, incluindo os respetivos anexos, cumprem as regras de viabilidade económico financeira do sistema e da EGP.

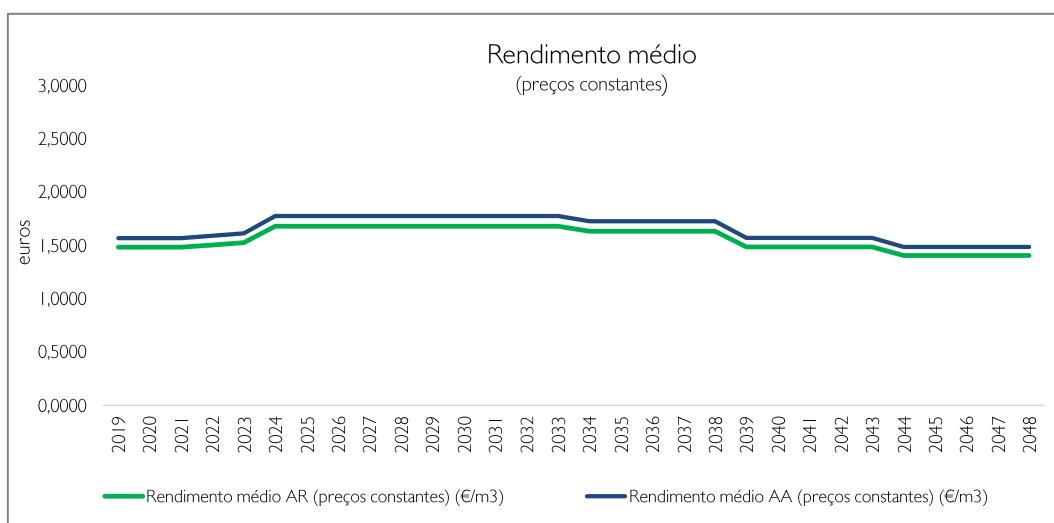
Os tarifários concretos, que definem os termos fixos e variáveis da tarifas, encontram-se definidos no Anexo VI.

A parceria compreenderá 2 períodos tarifários. O primeiro tem a duração de 10 (dez) anos e decompõe-se em 2 (dois) subperíodos tarifários, cada um de 5 (cinco) anos, sendo o primeiro subperíodo, correspondendo ao período de convergência tarifária, e o segundo período, que decorre entre o termo do primeiro período tarifário e o termo do contrato de parceria, e divide-se em subperíodos tarifários, cada um de 5 (cinco) anos.

Durante o período de convergência tarifária, as tarifas aplicáveis para a computação dos rendimentos são as que resultam das regras vertidas no Anexo VI do contrato de parceria, fixadas a preços constantes, e devem ser objeto de atualização anual pela EGP, nos termos do referido anexo.

As tarifas para são revistas quinquenalmente tendo em conta os princípios e os critérios referidos no contrato de parceria.

A evolução do rendimento médio é apresentada no gráfico seguinte por quinquénio.



O rendimento médio apurado para o abastecimento de água para consumo público é apresentado nos quadros seguintes, a preços constantes, por período tarifário.

Primeiro Período Tarifário		Rendimento médio AA (preços constantes)
Primeiro Quinquénio	2019	1,5698
	2020	1,5698
	2021	1,5698
	2022	1,5923
	2023	1,6150
Segundo Quinquénio	2024 - 2028	1,7765

Segundo Período Tarifário		Rendimento médio AA (preços constantes)
Terceiro Quinquénio	2029 - 2033	1,7765
Quarto Quinquénio	2034 - 2038	1,7277
Quinto Quinquénio	2039 - 2043	1,5713
Sexto Quinquénio	2044 - 2048	1,4883

O rendimento médio apurado para o saneamento de águas residuais é apresentado nos quadros seguintes, a preços constantes, por período tarifário.

Primeiro Período Tarifário		Rendimento médio AR (preços constantes)
Primeiro Quinquénio	2019	1,4849
	2020	1,4849
	2021	1,4849
	2022	1,5062
	2023	1,5278
	Segundo Quinquénio	2024 - 2028
		1,6805

Segundo Período Tarifário		Rendimento médio AR (preços constantes)
Terceiro Quinquénio	2029 - 2033	1,6805
Quarto Quinquénio	2034 - 2038	1,6344
Quinto Quinquénio	2039 - 2043	1,4864
Sexto Quinquénio	2044 - 2048	1,4079

ATUALIZAÇÃO DOS RENDIMENTOS OPERACIONAIS

As tarifas são atualizadas para o ano da sua aplicação nos termos do contrato de parceria e da legislação aplicável. Estando esta atualização anual sujeita a parecer da Entidade Reguladora, nos termos da legislação aplicável, e cabendo a sua aprovação à Comissão de Parceria.

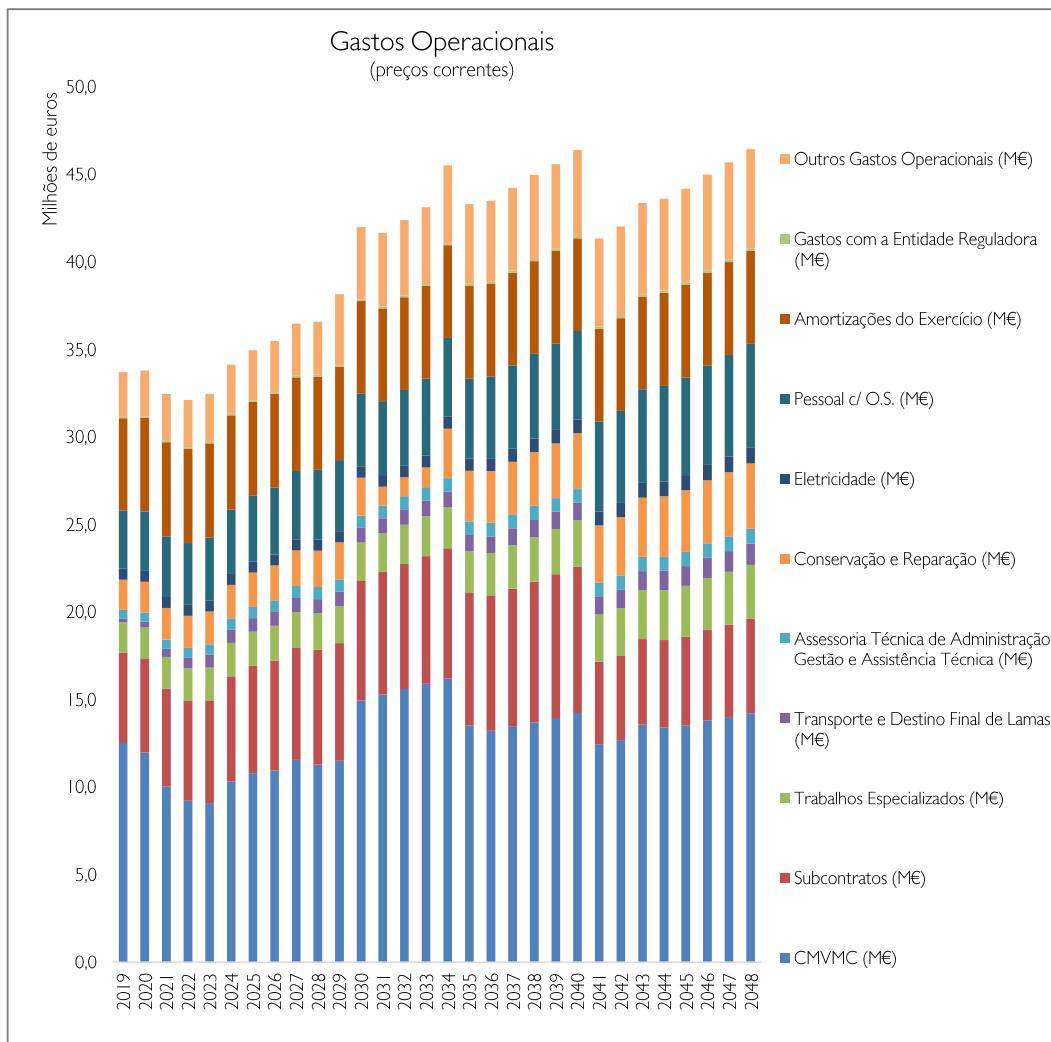
ESTIMATIVA DE EVOLUÇÃO DOS RENDIMENTOS OPERACIONAIS

Os rendimentos operacionais relativos ao serviços de águas ilustram-se no gráfico seguinte e refletem as apolíticas contabilísticas adotadas.

GASTOS OPERACIONAIS PARA O ABASTECIMENTO DE ÁGUA, SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS E ESTRUTURA

Os montantes estimados no presente EVEF, tiveram em conta o desempenho histórico declarado das infraestruturas e refletem um nível de gastos considerado adequado para garantir o normal funcionamento do sistema face aos níveis de atividade previstos. Por este motivo, algumas rubricas de gastos podem registar variações de tendência não linear.

No gráfico que se segue apresenta-se a evolução dos gastos operacionais apresentados nas demonstrações financeiras.



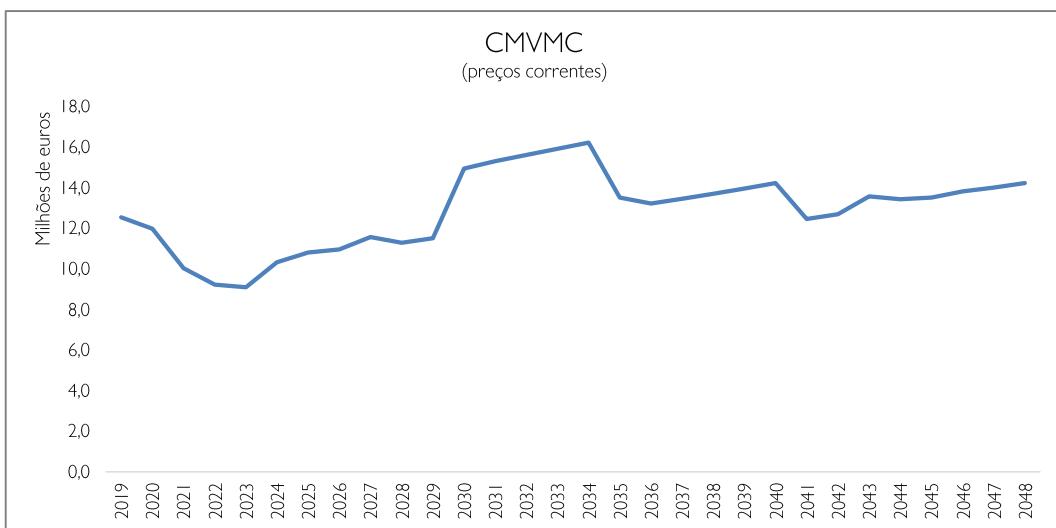
Estimaram-se como principais gastos operacionais os que se apresentam de seguida.

- CMVMC

O CMVMC inclui sobretudo gastos com os reagentes e aquisição de água em alta.

Foram considerados rácios de consumo (kg/m^3) e gastos unitários (€/kg) diferenciados por tipo de infraestrutura, com base em informação histórica declarada ou estimativas para infraestruturas equivalentes.

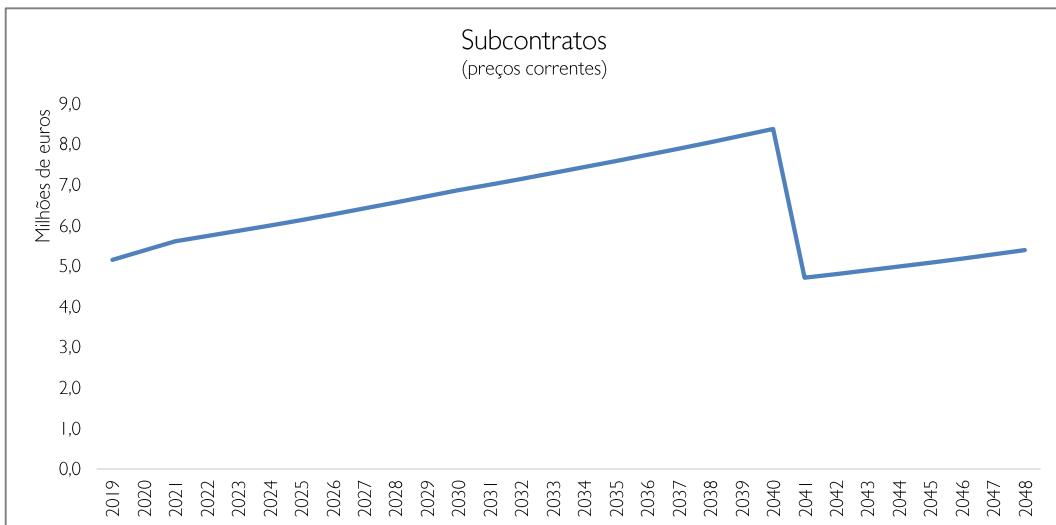
No gráfico que se segue, apresenta-se a evolução dos gastos operacionais com CMVMC.



- **SUBCONTRATOS**

Assumiu-se um gasto anual de subcontratos que estão relacionados com a aquisição de serviços em "alta" de saneamento de águas residuais. A redução dos gastos reflete a trajetória tarifária prevista no contrato de concessão da Águas do Norte, S.A..

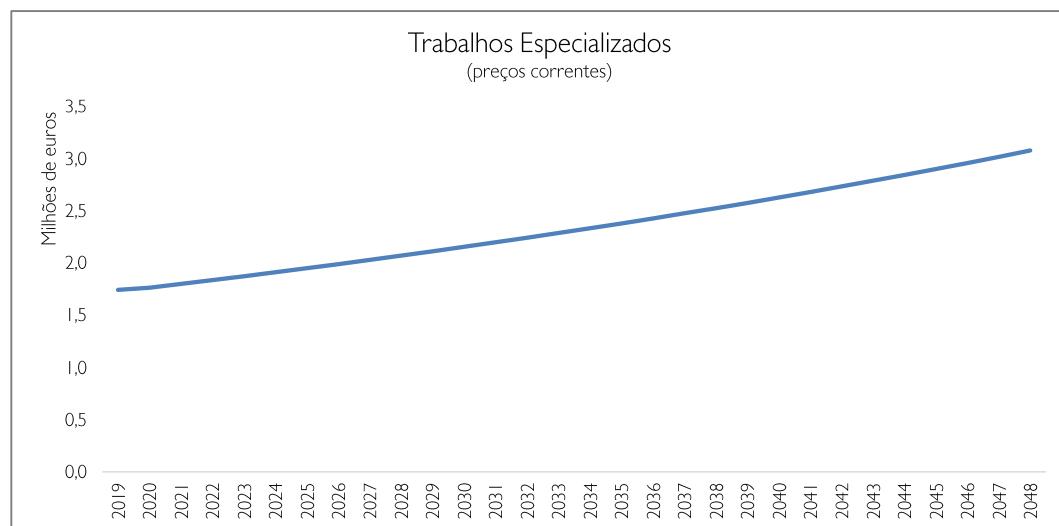
No gráfico que se segue, apresenta-se a evolução dos gastos operacionais com subcontratos.



- **TRABALHOS ESPECIALIZADOS**

Assumiu-se um gasto anual de trabalhos especializados que estão relacionados com a operação das infraestruturas e engloba por exemplo gastos com análises, sistemas de informação.

No gráfico que se segue, apresenta-se a evolução dos gastos operacionais com trabalhos especializados.

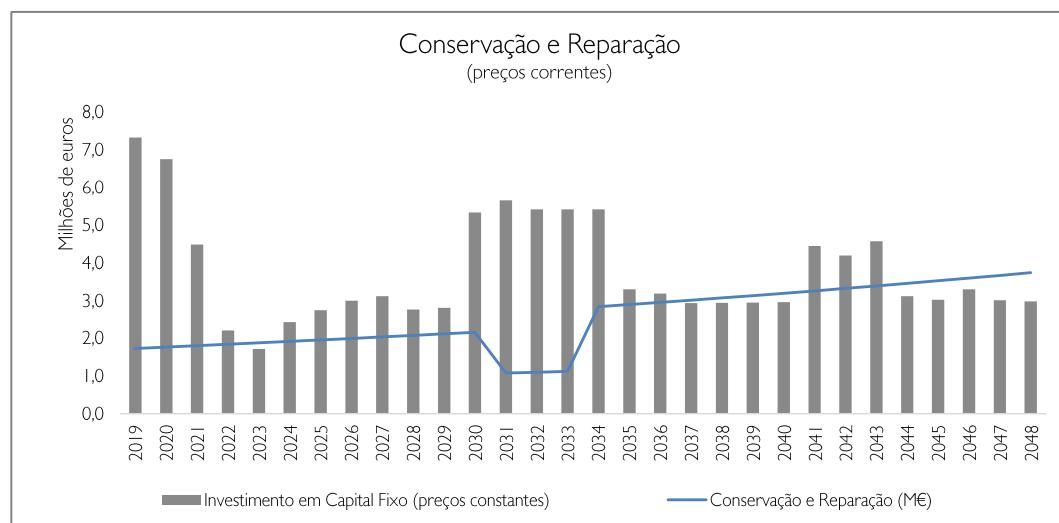


- **CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO (MANUTENÇÃO)**

Assumi-se um gasto anual calculado por tipo de infraestruturas a manter, com base em referenciais técnicos em função do valor de aquisição, da idade da infraestrutura e do estado de conservação.

A redução dos gastos verificada em alguns períodos reflete o aumento do investimento de reabilitação estimado para o mesmo período.

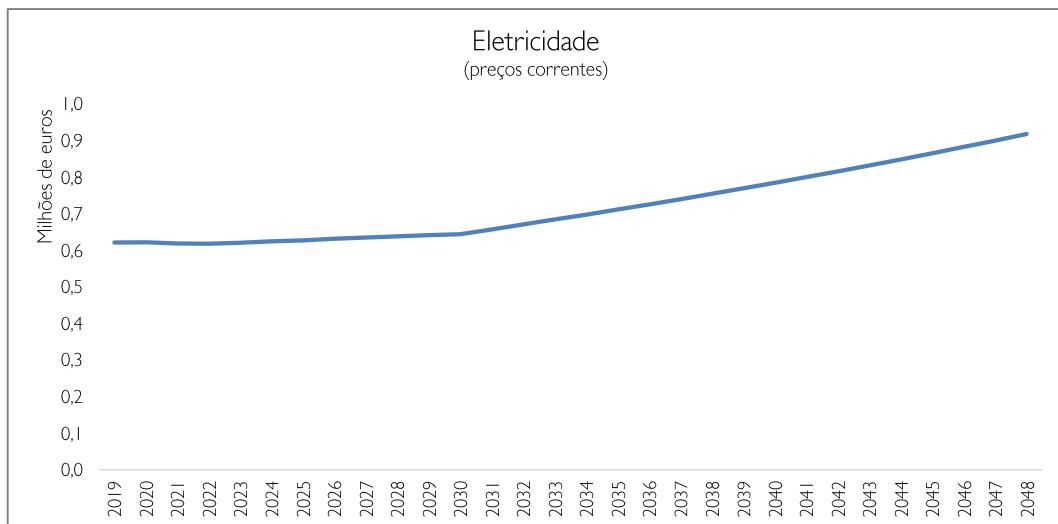
No gráfico que se segue, apresenta-se a evolução dos gastos operacionais com conservação e reparação.



- **ELETRICIDADE**

Foram considerados rácios de consumo (KWh/m^3) e gastos unitários (€/KWh) diferenciados por tipo de infraestrutura, com base em informação histórica declarada ou estimativas para infraestruturas equivalentes.

No gráfico que se segue, apresenta-se a evolução dos gastos operacionais com eletricidade.



A tendência crescente que se observa no gráfico, explica-se essencialmente pelo facto de se ter admitido uma taxa de inflação para energia superior à taxa de inflação geral, tal como consta no quadro dos pressupostos macroeconómicos.

Relativamente aos gastos com a eletricidade importa ter presente as empresas gestoras de sistemas de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público e de recolha, tratamento e rejeição de efluentes, apresentam algumas assimetrias no que respeita a:

- Número de instalações de utilização de energia elétrica;
- Nível de tensão de alimentação das instalações de utilização de energia elétrica;
- Quantidades de energia elétrica consumida em cada um dos níveis de tensão aplicáveis;
- Perfis de consumo, ou seja, diferenciação da procura por períodos de fornecimento de energia elétrica.

Consequentemente, a sua exposição à variação dos encargos resultantes do fornecimento de energia elétrica não é linear.

Estes encargos são calculados de forma aditiva, contemplando as Tarifas de Acesso à Rede e os encargos intrínsecos à compra de energia elétrica no Mercado Livre.

As TAR, aprovadas pela ERSE e pagas por todos os consumidores de energia elétrica em Portugal Continental, incorporam as tarifas de Uso Global do Sistema, de Uso da Rede de Transporte e de Uso da Rede de Distribuição. Estas aplicam-se de forma transversal, e independente do Comercializador de energia elétrica, ou do veículo de negociação de energia no mercado, que por sua vez irá estabelecer os preços aplicáveis à componente de energia no Mercado Livre.

A estrutura geral das TAR a aplicar às entregas dos operadores das redes de distribuição em cada nível de tensão constam no Quadro 7 do artigo 26.º do Regulamento Tarifário publicado no Regulamento n.º 496/2011 da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos, e dependem do respetivo nível de tensão de fornecimento.

A sua estrutura incorpora as seguintes componentes tarifárias, contempladas no nosso modelo:

- Preço de potência contratada [PC];
- Preço de potência em horas de ponta [PHP];
- Preço da energia ativa em horas de ponta [EP];
- Preço da energia ativa em horas cheias [EC];
- Preço da energia ativa em horas de vazio normal [EV];

- Preço da energia ativa em horas de super-vazio [ESV].

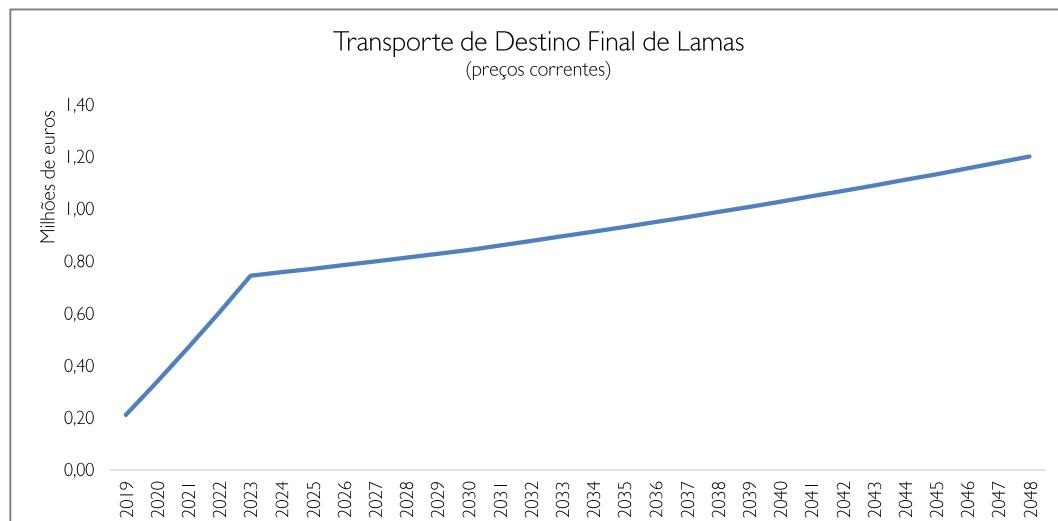
No que respeita aos encargos intrínsecos à compra de energia no Mercado Livre - Tarifas de Mercado -, são considerados os preços aplicáveis aos períodos horários de entrega de energia elétrica publicados no ponto 3 do artigo 27.º do RT, nomeadamente:

- Preço da energia ativa em horas de ponta;
- Preço da energia ativa em horas cheias;
- Preço da energia ativa em horas de vazio normal;
- Preço da energia ativa em horas de super-vazio.

- **TRANSPORTE E DESTINO FINAL DE LAMAS**

Foram considerados rácios de produção (Kg/m^3) por ETAR, de acordo com o tipo de tratamento de cada infraestrutura, com base em informação histórica declarada ou estimativas para infraestruturas equivalentes.

No gráfico que se segue, apresenta-se a evolução dos gastos operacionais com lamas.

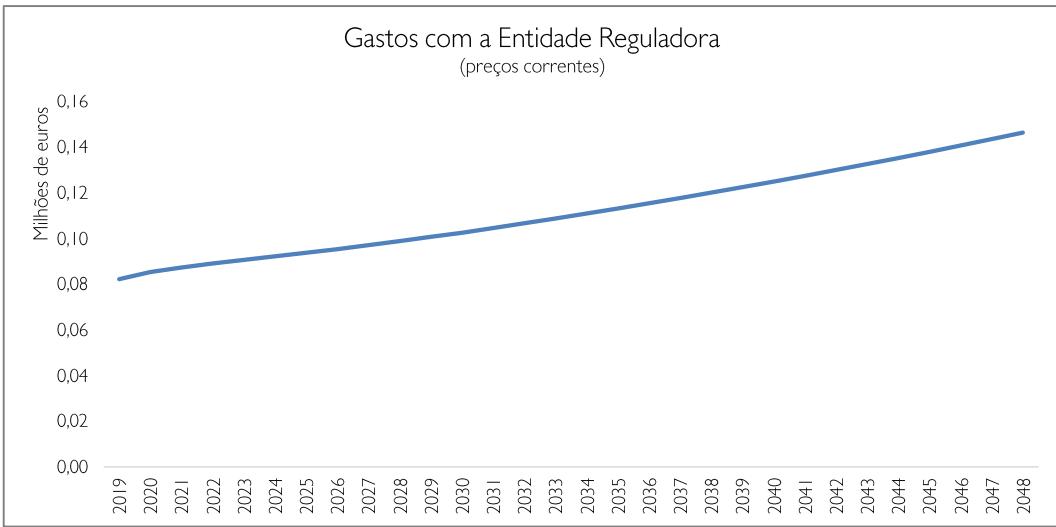


- **ASSESSORIA TÉCNICA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO**

Corresponde a 2 % por ano sobre o total da faturação prevista.

- **GASTOS COM A ENTIDADE REGULADORA**

Os gastos operacionais incluem os gastos com taxas devidas à Entidade Reguladora do Setor.



- **GASTOS COM PESSOAL**

Os gastos com pessoal, foram estimados tendo por base a tabela de remunerações e benefícios do Grupo AdP, incluindo os pressupostos de variação real da massa salarial.

No gráfico que se segue, apresenta-se a evolução dos gastos operacionais com gastos com o pessoal (incluindo órgãos sociais).



- **AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO**

As amortizações contabilísticas dos ativos tangíveis e intangíveis foram calculadas em cumprimento das obrigações contratuais, pelo que sempre que aplicável, é registada a quota-parte anual dos gastos estimados para fazer face às despesas contratuais em investimentos contratuais ainda não realizados (IFRIC 12).

O investimento é amortizado em função dos volumes do ano e pelo seu peso no período que resta até ao final do prazo da parceria.

As amortizações do investimento contratual previsto, e ainda por realizar, são acumuladas em acréscimo de gastos, e transferidas para amortizações acumuladas no momento da imobilização das respetivas infraestruturas, aquando da sua conclusão e entrada em funcionamento.

No gráfico que se segue, apresenta-se a evolução dos gastos operacionais com amortizações.



- **OUTROS GASTOS OPERACIONAIS**

Foram ainda estimados outros gastos operacionais.

Os outros gastos operacionais incluem, entre outros, gastos com a limpeza das infraestruturas, seguros, comunicações, combustíveis, consumo de água da rede e materiais.

No gráfico que se segue, apresenta-se a evolução dos outros gastos operacionais.



- **RETRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS**

O valor da retribuição anual aos municípios, devida pela afetação do património municipal ao projeto, resulta da aplicação de um percentual, que varia, entre 0,75% (no primeiro quinquénio), 1,75% (no segundo quinquénio) e 2,75% (a partir do terceiro quinquénio), do volume de negócios anual decorrente dos serviços de águas da EGP, e está refletida nos gastos a recuperar por via tarifária.

O contrato de parceria indica a repartição percentual da retribuição a adotar até ao início da aplicação da fórmula constante no anexo V do contrato de parceria, bem como fixa os montantes e o cronograma previsto para o seu pagamento.

Esta retribuição poderá ser antecipada, até ao correspondente à realização do capital social, não podendo ultrapassar as limitações que decorrem da aplicação da legislação relativa às concessões em baixa, conforme determinado pela Entidade Reguladora.

FONTES DE FINANCIAMENTO

A estruturação financeira da EGP, foi realizada tendo em conta o recurso às fontes de financiamento, para além do autofinanciamento, que se indicam a seguir.

- **CAPITAL SOCIAL**

O capital social ascende a 3,6 milhões de EUR, com 1,8 milhões de EUR inicial e a realização do remanescente em 2021.

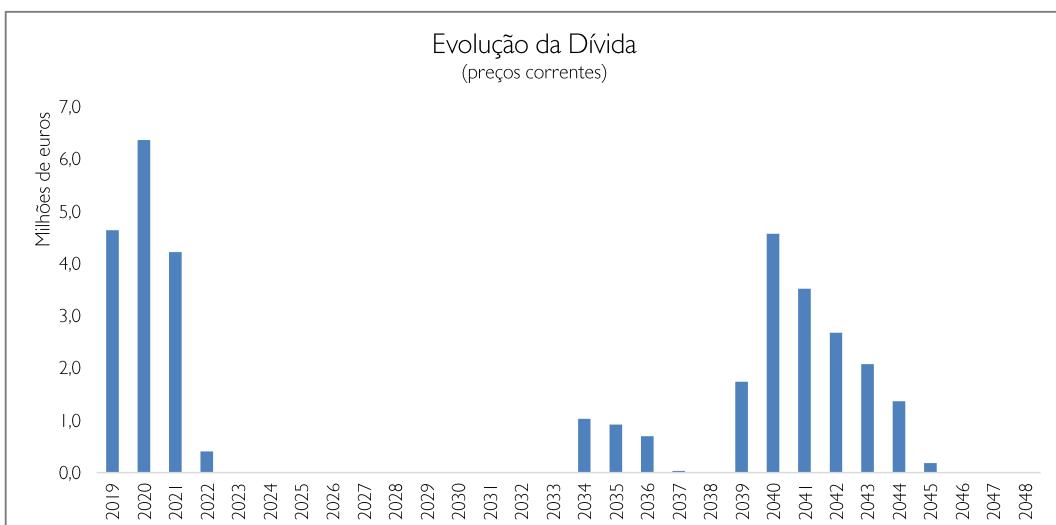
- **FINANCIAMENTOS A FUNDO PERDIDO**

Comparticipação a fundo perdido do investimento no montante de 13,2 milhões de EUR, dos quais 5 milhões têm origem no Fundo Ambiental.

- **EMPRÉSTIMO BANCA COMERCIAL**

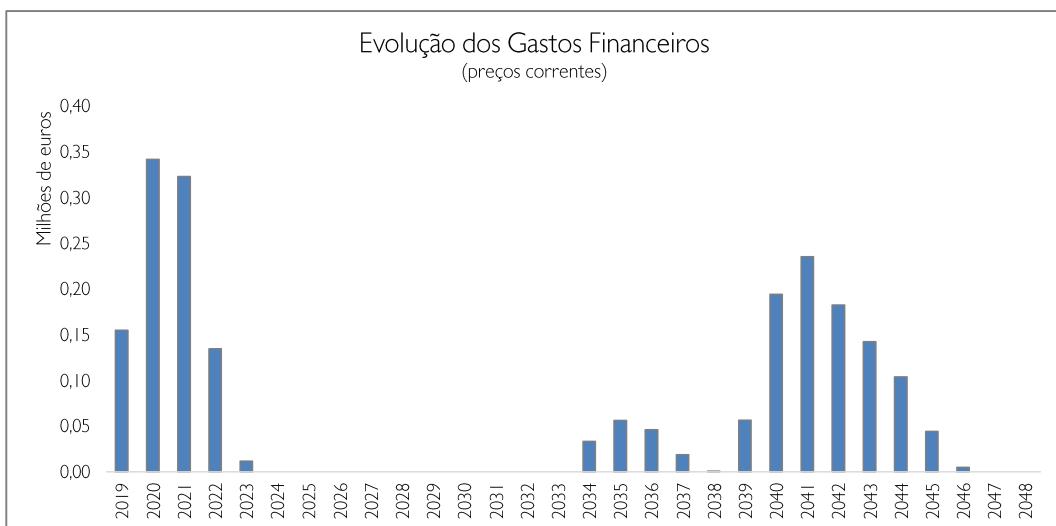
O total de financiamento bancário da banca comercial máximo a contratar ascende a aproximadamente 6,4 milhões de EUR.

O gráfico que se apresenta de seguida, traduz a evolução da dívida.



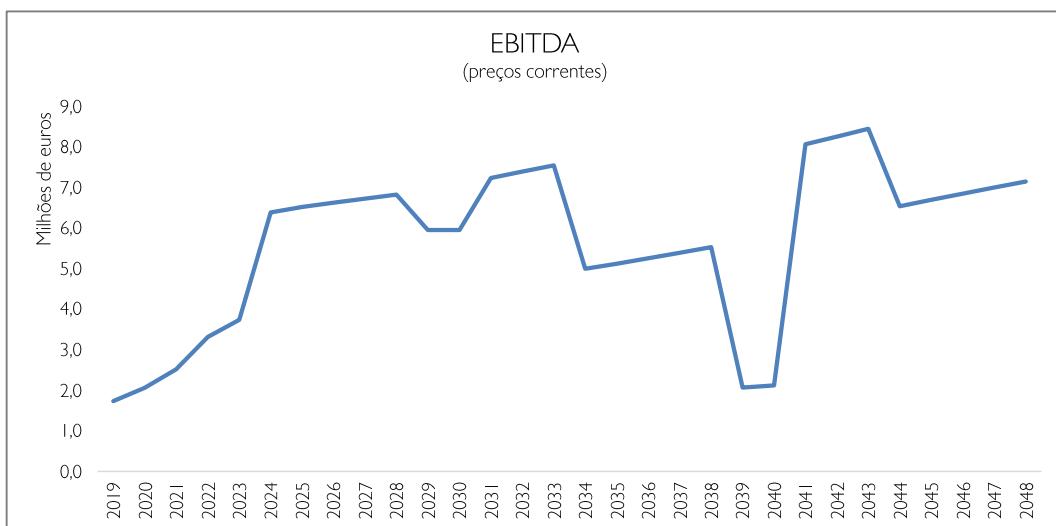
GASTOS FINANCEIROS

O gráfico que se apresenta de seguida, traduz a evolução dos gastos financeiros.



EBITDA

Tendo em consideração os pressupostos utilizados, estima-se a seguinte evolução para o EBITDA.



ACIONISTAS

O valor de capital social ascende a 3,6 milhões de EUR.

Não foi previsto no presente estudo alteração ao montante do capital social.

REMUNERAÇÃO ACIONISTA

Anualmente, os acionistas têm direito à remuneração do capital investido (remuneração acionista) apurada nos termos do disposto do contrato de parceria, sendo a distribuição de dividendos realizada nos termos do disposto no Código das Sociedades Comerciais.

3. – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Neste Capítulo apresentam-se as projeções de atividade da EGP para o período da parceria, repartidas por período quinquenal, elencando-se os seguintes elementos:

- Pressupostos macroeconómicos e fiscais;
- Demonstração de resultados;
- Balanço;
- Mapa de origem e aplicação de fundos.

SISTEMA DE ÁGUAS DA REGIÃO DO ALTO MINHO
Estudo de Viabilidade Económica e Financeira

PRESUPOSTOS MACROECONÓMICOS E FISCAIS	2039	2040	2041	2042	2043
Taxa de Inflação					
IHPC	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
COMBUSTIVEIS	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
ENERGIA	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
Indexantes					
Fixa 1	3,901%	3,901%	3,901%	3,901%	3,901%
Fixa 2	4,90%	4,90%	4,90%	4,90%	4,90%
Fixa 3	5,90%	5,90%	5,90%	5,90%	5,90%
Fixa 4	6,90%	6,90%	6,90%	6,90%	6,90%
Fixa 5	7,90%	7,90%	7,90%	7,90%	7,90%
Euribor 3M	1,93%	1,96%	2,02%	2,10%	2,19%
Euribor 6M	2,23%	2,26%	2,32%	2,40%	2,49%
Euribor 12M	2,53%	2,56%	2,62%	2,70%	2,79%
TBA	2,96%	2,96%	2,96%	2,96%	2,96%
OTs 10 Anos	3,54%	3,54%	3,54%	3,54%	3,54%
Taxa Risk-free	3,54%	3,54%	3,54%	3,54%	3,54%
Rentabilidade de Mercado	9,04%	9,04%	9,04%	9,04%	9,04%
Imposto do Selo					
Utilização de Crédito	0,48%	0,48%	0,48%	0,48%	0,48%
Juros	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Comissões por garantias prestadas	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
Rem. Aplic. Tesouraria	2,93%	2,96%	3,02%	3,10%	3,19%
Taxa de Impostos Sobre os Lucros	21,00%	21,00%	21,00%	21,00%	21,00%
Derrama Municipal	1,50%	1,50%	1,50%	1,50%	1,50%
Taxa de Derrama Estadual	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%

SISTEMA DE ÁGUAS DA REGIÃO DO ALTO MINHO
Estudo de Viabilidade Económica e Financeira

PRESUPOSTOS MACROECONÓMICOS E FISCAIS	2044	2045	2046	2047	2048
Taxa de Inflação					
IHPC	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
COMBUSTIVEIS	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
ENERGIA	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
Indexantes					
Fixa 1	3,901%	3,901%	3,901%	3,901%	3,901%
Fixa 2	4,90%	4,90%	4,90%	4,90%	4,90%
Fixa 3	5,90%	5,90%	5,90%	5,90%	5,90%
Fixa 4	6,90%	6,90%	6,90%	6,90%	6,90%
Fixa 5	7,90%	7,90%	7,90%	7,90%	7,90%
Euribor 3M	2,28%	2,36%	2,42%	2,47%	2,51%
Euribor 6M	2,58%	2,66%	2,72%	2,77%	2,81%
Euribor 12M	2,88%	2,96%	3,02%	3,07%	3,11%
TBA	2,96%	2,96%	2,96%	2,96%	2,96%
OTs 10 Anos	3,54%	3,54%	3,54%	3,54%	3,54%
Taxa Risk-free	3,54%	3,54%	3,54%	3,54%	3,54%
Rentabilidade de Mercado	9,04%	9,04%	9,04%	9,04%	9,04%
Imposto do Selo					
Utilização de Crédito	0,48%	0,48%	0,48%	0,48%	0,48%
Juros	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Comissões por garantias prestadas	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
Rem. Aplic. Tesouraria	3,28%	3,36%	3,42%	3,47%	3,51%
Taxa de Impostos Sobre os Lucros	21,00%	21,00%	21,00%	21,00%	21,00%
Derrama Municipal	1,50%	1,50%	1,50%	1,50%	1,50%
Taxa de Derrama Estadual	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%

SISTEMA DE ÁGUAS DA REGIÃO DO ALTO MINHO
Estudo de Viabilidade Económica e Financeira

MAPA DE ORIGEM E APLICAÇÃO DE FUNDOS (Valores em euros)	2024	2025	2026	2027	2028
ORIGENS DE FUNDOS					
Cash Flow Gerado (Act. Operacional)	6 391 001	6 523 483	6 631 191	6 731 266	6 829 676
Subsídios					
Desinvestimentos	-	-	32 588	17 552	-
Desinvestimento em Fundo Maneio	-	-	32 588	17 552	-
Actividade Financeira					
Aumento de Capital	-	-	-	-	-
Utilização da Linha de Crédito de Curto Prazo	-	-	-	-	-
Resgate de Aplicações de Tesouraria	198 371	2 340 401	3 165 657	4 258 926	5 216 992
TOTAL DE ORIGENS	6 589 371	8 863 883	9 829 435	11 007 744	12 046 668
APLICAÇÕES DE FUNDOS					
Pagamento Imposto	602 890	1 254 833	1 259 956	1 253 808	1 242 546
Investimentos	2 913 688	3 701 911	3 559 226	3 775 762	3 483 683
Investimento em Fundo Maneio	141 546	509 380	-	-	74 136
Investimento em Capital Fixo	2 772 142	3 192 531	3 559 226	3 775 762	3 409 547
Actividade Financeira	504 781	513 413	522 456	531 541	540 710
Amortização de Crédito de Curto Prazo	-	-	-	-	-
Remuneração Crédito de Curto Prazo	-	-	-	-	-
Outros Gastos Financeiros	-	-	-	-	-
Comissão de Garantia	0	0	0	0	-
Pag. às Autarquias (Integ. de Património) - Cap. e Juros + Compensação	504 781	513 413	522 456	531 541	540 710
Pagamento de Dividendos	225 887	226 625	227 366	228 110	228 856
TOTAL DE APLICAÇÕES	4 247 246	5 696 783	5 569 004	5 789 222	5 495 795
Saldo Anual	2 342 126	3 167 101	4 260 431	5 218 522	6 550 873
Caixa Ano Anterior	69 967	71 693	73 136	74 641	76 171
Caixa Ano	71 693	73 136	74 641	76 171	77 731
Aplicações Financeiras	2 340 401	3 165 657	4 258 926	5 216 992	6 549 314

SISTEMA DE ÁGUAS DA REGIÃO DO ALTO MINHO
Estudo de Viabilidade Económica e Financeira

MAPA DE ORIGEM E APLICAÇÃO DE FUNDOS (Valores em euros)	2029	2030	2031	2032	2033
ORIGENS DE FUNDOS					
Cash Flow Gerado (Act. Operacional)					
Cash Flow Gerado (Act. Operacional)	6 915 309	6 929 924	8 233 586	8 410 632	8 586 317
Subsídios	-	-	-	-	-
Desinvestimentos	10 526	746 735	131 436	-	49 147
Desinvestimento em Fundo Manejo	10 526	746 735	131 436	-	49 147
Actividade Financeira					
Aumento de Capital	-	-	-	-	-
Utilização da Linha de Crédito de Curto Prazo	-	-	-	-	-
Resgate de Aplicações de Tesouraria	6 549 314	7 533 186	6 192 765	5 055 905	3 640 248
TOTAL DE ORIGENS	13 475 149	15 209 846	14 557 787	13 466 537	12 275 711
APLICAÇÕES DE FUNDOS					
Pagamento Imposto	1 235 081	977 229	888 287	1 113 990	1 050 977
Investimentos	3 536 639	6 859 961	7 420 436	7 494 358	7 390 842
Investimento em Fundo Manejo	-	-	-	248 687	-
Investimento em Capital Fixo	3 536 639	6 859 961	7 420 436	7 245 671	7 390 842
Actividade Financeira	864 037	877 111	894 693	912 617	930 905
Amortização de Crédito de Curto Prazo	-	-	-	-	-
Remuneração Crédito de Curto Prazo	-	-	-	-	-
Outros Gastos Financeiros	-	-	-	-	-
Comissão de Garantia	-	-	-	-	-
Pag. às Autarquias (Integ. de Património) - Cap. e Juros + Compensação	864 037	877 111	894 693	912 617	930 905
Pagamento de Dividendos	299 817	301 098	302 383	303 675	304 971
TOTAL DE APLICAÇÕES	5 935 575	9 015 399	9 505 800	9 824 640	9 677 695
Saldo Anual	7 539 574	6 194 446	5 051 988	3 641 897	2 598 017
Caixa Ano Anterior	77 731	84 119	85 799	81 883	83 532
Caixa Ano	84 119	85 799	81 883	83 532	85 207
Aplicações Financeiras	7 533 186	6 192 765	5 055 905	3 640 248	2 596 342

SISTEMA DE ÁGUAS DA REGIÃO DO ALTO MINHO
Estudo de Viabilidade Económica e Financeira

MAPA DE ORIGEM E APLICAÇÃO DE FUNDOS (Valores em euros)	2044	2045	2046	2047	2048
ORIGENS DE FUNDOS					
Cash Flow Gerado (Act. Operacional)	7 632 249	7 805 116	7 978 048	8 151 911	8 320 626
Subsídios					
Desinvestimentos	-	-	72 000	-	371 306
Desinvestimento em Fundo Maneio	-	-	72 000	-	371 306
Actividade Financeira	1 367 100	179 367	-	-	-
Aumento de Capital	-	-	-	-	-
Utilização da Linha de Crédito de Curto Prazo	1 367 100	179 367	-	-	-
Resgate de Aplicações de Tesouraria	0	-	0	714 151	2 008 866
TOTAL DE ORIGENS	8 999 349	7 984 483	8 050 049	8 866 062	10 700 798
APLICAÇÕES DE FUNDOS					
Pagamento Imposto	-	-	-	-	-
Investimentos	5 528 265	5 261 155	5 818 359	5 502 500	5 468 555
Investimento em Fundo Maneio	244 522	34 294	-	92 748	-
Investimento em Capital Fixo	5 283 743	5 226 861	5 818 359	5 409 752	5 468 555
Actividade Financeira	3 150 168	2 400 496	1 193 288	1 029 025	1 049 605
Amortização de Crédito de Curto Prazo	2 076 608	1 367 100	179 367	-	-
Remuneração Crédito de Curto Prazo	90 874	41 433	4 865	-	-
Outros Gastos Financeiros	10 279	2 529	195	-	-
Comissão de Garantia	2 734	359	-	-	-
Pag. às Autarquias (Integ. de Património) - Cap. e Juros + Compensação	969 671	989 075	1 008 861	1 029 025	1 049 605
Pagamento de Dividendos	319 606	320 971	322 341	323 718	325 100
TOTAL DE APLICAÇÕES	8 998 039	7 982 622	7 333 988	6 855 243	6 843 260
Saldo Anual	1 310	1 862	716 061	2 010 819	3 857 537
Caixa Ano Anterior	92 744	94 055	95 917	97 827	99 780
Caixa Ano	94 055	95 917	97 827	99 780	-
Aplicações Financeiras	(0)	-	714 151	2 008 866	3 957 317